

EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL: PRIVATIZAÇÃO, INCLUSÃO PRECÁRIA E FORMAÇÃO PARA O DISCIPLINAMENTO E SUBORDINAÇÃO

Fábio Raí Bernardo Hentringer¹; Hugo Felipe Tavares Ramos²; Luís Felipe da Silva³; Marco Fidalgo⁴

¹Estudante do Curso de Licenciatura em Educação Física – CAV- UFPE; fabio-1921@hotmail.com

²Estudante do Curso de Licenciatura em Educação Física – CAV- UFPE; hg.flpe@gmail.com

³Estudante do Curso de Licenciatura em Educação Física – CAV- UFPE; felipe.ufpe.cav@outlook.com

⁴Docente do Centro Acadêmico de Vitória – CAV/UFPE; Orientador; marcofidalgo1@hotmail.com

Resumo:

Introdução: O presente trabalho se justifica pela necessidade de compreender e refletir sobre as mudanças ligadas ao contexto de expansão do ensino superior no Brasil. Nesse sentido, podemos entender que tal processo é direcionado a privatização do ensino superior público e a expansão do ensino superior privado, onde a educação é vista enquanto um serviço que pode ser comprado e não mais como direito, rebaixando ainda mais o ensino destinado às camadas populares e o reforço das desigualdades. **Objetivo:** Analisar os determinantes do processo de expansão do ensino superior no Brasil, visando compreender quais são os desdobramentos dessa política para a sociedade. **Metodologia:** Esse trabalho trata-se de uma revisão da literatura, cujo foco é compreender de forma mais aprofundada, através da pesquisa em artigos e documentos, as mudanças no processo de expansão do ensino superior e sua contribuição para a política de educação superior no Brasil. Além disso, foi utilizado o materialismo- histórico-dialético, enquanto categoria do conhecimento, permitindo uma leitura mais crítica da realidade, entendendo todos os condicionantes ligados ao fenômeno estudado. **Resultados e discussão:** A partir das análises realizadas, foi observado que o aumento do número de vagas no ensino superior está atrelado a interesses capitalistas e privatistas, favorecendo apenas uma inclusão do ensino, precarizando o acesso e o trabalho docente. **Conclusão:** Nesse sentido, percebe-se que a tentativa de expansão visando à democratização do ensino superior, na verdade, é uma forma de reestruturação produtiva no âmbito da educação, com interesses de manutenção da hegemonia e perpetuação do controle social.

Palavras-chave: Ensino Superior; Políticas Públicas; Expansão.

Introdução

A educação superior tem experimentado a expansão em todo o mundo, inclusive em países periféricos, com vista a garantir maior acesso, principalmente por parte das camadas sociais menos favorecidas (TEIXEIRA, et al; 2012; MCCOWAN, 2007). Entretanto, para sanar o problema de acesso às Universidades, a partir dos anos 1990, a política educacional “sugerida” pelo Banco Mundial aos países periféricos está relacionada à expansão do ensino superior privado e à privatização do ensino superior público. O mesmo Banco Mundial, desde os anos 2000, postula que o ensino superior gratuito é o principal obstáculo à concretização da justiça social no país. Assim, o setor passa a ser concebido como um serviço que pode ser vendido, e não mais como um direito (NOMERIANO, 2012).

No Brasil, o processo de expansão do ensino superior público surgiu a partir do REUNI (Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - 2007) e da parceria público-privada a partir do ProUni (Programa Universidade para Todos - 2005) como tentativa de mudança e democratização.

Porém, as grandes universidades do país estavam atendendo e beneficiando o acesso e a permanência apenas da parcela mais favorecida economicamente desconsiderando as camadas subalternas. Isto foi observado através da contrarreforma no governo Lula, “com o ProUni, o governo federal vem salvando as instituições privadas por meio da compra de suas vagas ociosas e com o REUNI, vem conseguindo expandir o acesso ao ensino superior público a baixo custo” (NOMERIANO, 2012, p.6).

Além disso, a autora também nos traz que, em relação aos professores, existe uma precarização do trabalho docente nas IES públicas, onde percebe-se também, uma lógica privatista e preconizada do REUNI, que visa desencarecer a qualidade do ensino superior público, uma vez que o intuito é reduzir os gastos para garantir um maior número de alunos.

Frente ao colocado, vemos um caminho que remete a criar reais condições democráticas de acesso e permanência nas Universidades públicas e outro pelo discurso sustentado na privatização, arduamente defendido pelos reformadores empresariais (FREITAS, 2012; ARRUDA, 2011). Questionamos se realmente o processo de expansão do ensino superior no Brasil trouxe, de fato, avanços sociais ou proporcionou um aumento das desigualdades já existentes.

Com isso, o presente trabalho tem como objetivo analisar os determinantes do processo de expansão do ensino superior no Brasil, visando compreender quais são os desdobramentos dessa política para a sociedade.

Metodologia

Este trabalho trata-se de uma revisão da literatura, onde, segundo Gil (2010), tem por objetivo esclarecer as dúvidas a partir de pesquisas em documentos. Nesse sentido, são apresentados os referenciais teóricos e outras pesquisas que são relevantes para discussão e o desenvolvimento do estudo.

Isso implica no maior entendimento acerca da base teórica do fenômeno estudado e pode trazer contribuições no sentido de aprofundamento dos estudos já realizados. Para isso, foram utilizados artigos científicos, obtidos a partir de pesquisa realizada em bancos de dados eletrônicos e sites científicos de acesso livre (SciELO e Google acadêmico). Os principais descritores utilizados foram: Expansão, Reuni, Prouni, Ensino Superior, Formação Acadêmica.

Além disso, utilizamos o materialismo-histórico-dialético enquanto teoria do conhecimento, visando compreender as relações existentes entre educação e sociedade e sua contribuição para a política de educação superior no Brasil. Sendo assim, possibilitou uma análise crítica da realidade presente nesse contexto de mudanças no ensino superior e também suas implicações para o acesso das camadas populares a esse tipo de ensino, que contribui diretamente para privatização do ensino superior público e a expansão do ensino superior privado, propiciando ainda mais a o disciplinamento e a subordinação das camadas sociais menos favorecidas.

Resultados e discussões

As redes educacionais transnacionais têm atualmente predomínio absoluto da quantidade de alunos com relação às universidades públicas. De acordo com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), do Ministério da Educação, em 2016 foram registradas 6,05 milhões de matrículas nas faculdades privadas e 1,99 milhão de matrículas nas públicas. Esses dados têm apontado que a expansão ainda não possibilitou a consolidação de um sistema de ensino de massa, reafirmando a inclusão das camadas sociais que mais necessitam e consequentemente as desigualdades existentes.

Quando o Estado é elevado à condição de ator único, as políticas trazem essas marcas, são políticas compensatórias, reformistas, distributivas. Pretendem compensar carências, desigualdades, através da distribuição de serviços públicos. Os desiguais como problema, as políticas como solução (AGAPITO, et al; 2016; ARROYO, 2010).

Para concretização da expansão do ensino superior no Brasil, foram criados programas e projetos tais como o REUNI (2007) e o PROUNI (2005) que objetivavam respectivamente a expansão das universidades federais e a ampliação de matrículas na graduação, visando ambos amenizar as desigualdades sociais. Com isso, com relação às universidades públicas, houve uma ampliação no número de acadêmicos matriculados. No entanto, no decorrer dos anos a permanência nos cursos foi atingida pelo corte excessivo das bolsas estudantis por conta do ajuste fiscal implementado no país a partir de 2014. Em relação à ampliação das matrículas via iniciativa privada, como exposto acima, os números não param de crescer.

Com isso, os recursos públicos destinados à melhoria da qualidade científica são investidos em projetos vultosos e ambiciosos, os profissionais são mal remunerados, com suas carreiras ameaçadas e a estrutura física e os equipamentos são precários e os discentes de graduação e pós-graduação convivem com números insuficientes de bolsas para o desenvolvimento de pesquisas, precarização das estruturas acadêmicas (laboratórios, bibliotecas, etc.), dificultando assim, a garantia do tripé ensino, pesquisa e extensão (AGAPITO, 2016).

Apesar das ações do governo, por meio das políticas compensatórias em seus vários determinantes, o que percebemos é que tais tentativas tem se mostrado ineficaz, visto que o processo de expansão do ensino superior no Brasil tem se preocupado muito com o quantitativo de aberturas de novas vagas e em uma crescente criação de novos centros acadêmico (AGAPITO, et al; 2016; ARROYO, 2010) contudo, não se atentam a existência de dificuldades no processo de inclusão e permanência dos discentes na vida acadêmica.

Conclusão

No contexto da cultura brasileira contemporânea, o ensino universitário tem sua importância proclamada tanto pela retórica oficial como pelo senso comum. É atribuída à Universidade significativa importância na formação dos profissionais dos diversos campos e na preparação dos quadros administrativos e das lideranças culturais e sociais do país. Por isso é vista como poderoso mecanismo de ascensão social, visto que o ensino oferecido pelas universidades públicas apresenta destacado valor (Severino, 2008).

Entretanto, segundo Nemeriano (2012), a política de ensino superior está atrelada às orientações do Banco Mundial e outras instituições, as quais têm por intenção colocar em prática a transformação das universidades em organizações sociais. Os objetivos destas seriam atender as demandas do capital, buscando financiamento privado e gerando lucro, descaracterizando assim o verdadeiro papel da universidade enquanto instituição social que deve garantir a transformação social (CHAUÍ, 2003).

Ainda segundo a autora Chauí (2003), a educação deixou de ser considerada como um serviço público passando a ser um serviço que pode ser privado ou privatizado, diante disso, Arruda (2011) destaca que a evolução das matrículas em nível de graduação no país nos últimos 20 anos, deve-se principalmente ao aumento da participação do setor privado.

O processo de expansão no Brasil promoveu alguns avanços como maior oferta de vagas no ensino superior, porém esses avanços foram insuficientes para garantir a democratização no que se refere também à permanência, uma vez que, o objetivo do governo foi apenas a inserção da classe subalterna ao ensino superior, contudo se esquece que tal classe, sofre uma desigualdade historicamente construída não só com relação as políticas educacionais, mas a vários outros determinantes políticos que os levam a “medida em que os mais desiguais chegam

ao sistema escolar expondo as brutais desigualdades que os vitimam, as relações educação-políticas-desigualdades fiquem secundarizadas e sejam priorizadas políticas de inclusão, de qualidade, de padrões mínimos de resultados” (ARROYO, 2010 p. 1384).

Além disso, com a consolidação do neoliberalismo e implementação da contrarreforma do Estado a partir dos anos 90, ocorre no país a abertura para a iniciativa privada na oferta de serviços educacionais. As propostas neoliberais, baseando-se num discurso da qualidade, apontam como solução para a educação brasileira a mercantilização do ensino superior. Desta forma, a partir dos anos 2000 o número de ingressantes no ensino superior já é predominante nas IES privadas em relação às IES públicas.

Todavia, tanto no ambiente público como no privado o cenário não é de se comemorar. O que tem se observado é: a possibilidade de Ingresso em cursos de menor expressão que não estão diretamente relacionados às lideranças políticas e administrativas e alheios de base tecnológica; implementação de cursos com pedagogias empreendedoras, as quais naturalizam as leis do mercado e do consumo; currículos com conteúdos básicos para a empregabilidade e aligeiramento na integralização curricular; e uma formação para o disciplinamento e subordinação. Nesse sentido, percebe-se que a tentativa de expansão visando à democratização do ensino superior, na verdade, é uma forma de reestruturação produtiva no âmbito da educação, com interesses de manutenção da hegemonia e perpetuação do controle social.

REFERÊNCIAS

- AGAPITO, A. P. F. Ensino superior no Brasil: expansão e mercantilização na contemporaneidade. **Temporalis**, Brasília, v. 16, n. 32, p. 123-140, Jul./Dez. 2016.
- ARRUDA, A. L. B. Políticas da educação superior no Brasil: expansão e democratização: um debate contemporâneo. **Revista Espaço do Currículo**, v. 3, n. 2, p. 501-510, set. 2010/ Mar. 2011.
- CHAUÍ, Marilena. A Universidade pública sob nova perspectiva. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro: Anped/Autores Associados, n. 24, p. 5-15, set/dez 2003.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 175p.
- FREITAS, L. C. Os reformadores empresariais da educação: Da desmoralização do magistério a destruição do sistema público de educação. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 33, n. 119, p. 379-404, abr.-jun. 2012.
- MCCOWAN, Tristan. Expansion without equity: An analysis of current policy on access to higher education in Brazil. **Higher education**, v. 53, n. 5, p. 579-598, 2007.
- NOMERIANO, A. S.; MOURA, S. M. L.; DAVANCO, S. R. Expansão do Ensino Superior no Governo Lula da Silva: Prouni, Reuni e Interiorização da IFES. In: VI COLÓQUIO INTERNACIONAL “EDUCAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE”, 2012, São Cristóvão/CE. **Anais...** São Cristóvão/CE: [s.i.], 2012.
- SEVERINO, Antônio Joaquim. O ensino superior brasileiro: novas configurações e velhos desafios. **Educar em revista**, n. 31, 2008.
- TEIXEIRA, Rodrigo Alves; PINTO, Eduardo Costa. A economia política dos governos FHC, Lula e Dilma: dominância financeira, bloco no poder e desenvolvimento econômico. **Economia e sociedade**, v. 21, n. 4, p. 909-941, 2012.